



O associativismo rural em projetos de assentamentos rurais na microrregião geográfica de Rondonópolis-Mato Grosso

The rural associativism in rural settlement projects in the geographical microregion of Rondonópolis-MT

1. Iolanda Lopes de Oliveira  <https://orcid.org/0000-0002-0062-5540>
1. Universidade Federal de Rondonópolis  Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil
 2. Evandro Cesar Clemente  <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>
2. Universidade Federal de Jataí  Jataí, Goiás, Brasil
 3. José Adolfo Iriam Sturza  <https://orcid.org/0000-0002-9929-3549>
3. Universidade Federal de Rondonópolis  Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil
1. Autor de correspondência: loopesiolanda@gmail.com

RESUMO

O associativismo é uma alternativa de luta dos assentados para garantir sua permanência na terra, elevar a renda e promover uma participação mais ativa como cidadãos. O objetivo desta pesquisa foi compreender o papel do associativismo rural na dinâmica social, produtiva e territorial dos Projetos de Assentamentos rurais localizados na Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados seguem a abordagem quali-quantitativa, em que se efetuou a revisão bibliográfica e utilizou-se os seguintes instrumentos de coletas de dados: entrevistas semiestruturadas e aplicação de formulários. Realizando uma pesquisa junto a quatro Projetos de Assentamentos rurais que são atendidos pela Associação Dando as Mãos. Por fim, dentre os múltiplos resultados constatados ficou evidente que o associativismo rural se mostrou uma alternativa viável, para enfrentar o árduo processo de luta e permanência na terra, gerando renda para os assentados. Porém, foram identificados alguns fatores limitantes, dentre eles, a organização e gestão das associações, a superação do pensamento individualizado, além da imprescindibilidade por parte do Estado em prover políticas públicas que busquem criar estratégias para promover o desenvolvimento rural desses territórios.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroindústria rural. Associação Dando as Mãos.

ABSTRACT

Associativism is an alternative for settlers to fight for their permanence on the land, increase their income, and promote more active participation as citizens. The objective of this research was to understand the role of rural associativism in the social, productive, and territorial dynamics of Rural Settlement Projects located in the Geographic Microregion of Rondonópolis-MT. To this end, the methodological procedures adopted followed a qualitative-quantitative approach, including a bibliographic review and the use of data collection instruments such as semi-structured interviews and survey forms. The research was conducted in four Rural Settlement Projects supported by the *Dando as Mãos* Association. Finally, among the multiple results observed, it became evident that rural associativism has proven to be a viable alternative for facing the arduous process of struggle and permanence on the land while generating income for settlers. However, some limiting factors were identified, including issues related to the organization and management of associations, the need to overcome individualized thinking, and the indispensable role of

the State in providing public policies aimed at creating strategies to promote rural development in these territories.

Keywords: Family farming. Rural agribusiness. Association “Dando as Mãos”.

Introdução

Os primeiros Projetos de Assentamentos Ruais estabelecidos no estado de Mato Grosso foram implantados como alternativa visando atenuar os conflitos de terra, que se intensificaram por todo o território nacional, principalmente durante a década de 1990 (Leite; Avilla, 2007).

Desta forma, ao analisar esses Projetos de Assentamentos Rurais sob a ótica da política oficial de Reforma Agrária, percebe-se que alguns princípios que balizam essa implementação foram negligenciados, principalmente relacionados a infraestrutura necessária para a fixação e permanência desses assentados, bem como quanto às perspectivas de produção e comercialização, além da promoção do desenvolvimento rural (Cleps, 2018).

Nesse cenário, a falta de infraestrutura adequada e o insuficiente apoio governamental levam muitos assentados a se sentirem desmotivados a permanecer no local. Esse desestímulo resulta, muitas vezes, na desistência por parte dos beneficiários, que acabam vendendo seus lotes. Esse processo não apenas compromete os objetivos originais da criação dos assentamentos rurais, mas também contribui para a reconcentração fundiária, revertendo os avanços na distribuição de terras e agravando as desigualdades no campo.

Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes, como assistência técnica, crédito rural e acesso a mercados, agrava essa situação, tornando ainda mais difícil melhorar as condições das áreas de assentamento. Semelhantemente, Martins (2003, p.9), em seu estudo sobre reforma agrária, afirma que, “A concessão da terra e o assentamento do supostamente sem-terra apenas encerram um drama e dão início a outro”, ou seja finaliza a luta pela terra e inicia-se a luta na terra.

Diante disto, a aposta no associativismo rural pode ser concebida como estratégia dos agricultores familiares assentados nesse processo de luta e permanência na terra. Visa assim facilitar a produção e a comercialização dos seus produtos, haja

vista que existe grande dificuldade dos pequenos produtores se posicionarem sozinhos no mercado.

A partir desse entendimento, essa pesquisa buscou entender a questão do associativismo rural nos Projetos de Assentamentos rurais, apresentando como área de estudo a MRG de Rondonópolis-MT. Foram selecionados quatro projetos de Assentamentos Rurais.

Esses assentamentos são atendidos pela Associação Dando as Mãos, que está presente nos municípios da Microrregião Geográfica de Rondonópolis (MRG). A escolha da associação “Dando as Mãos” como objeto da pesquisa deu-se pela grande relevância que ela apresentou e ainda apresenta para a reprodução social e permanência do campo dos assentados. A associação é composta de famílias que se dedicam ao artesanato, suinocultura, criação de aves, derivados do leite, farinheiras, piscicultura, entre outros.

Buscamos evidenciar os impactos positivos que essa organização pode ter no desenvolvimento local. Também serão discutidos os desafios e as limitações enfrentados pelos agricultores assentados no processo de fortalecimento do associativismo, bem como estratégias para superá-los.

Materiais e Métodos

Área de estudo

O recorte espacial da pesquisa é a Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT. Além da MRG foi necessário abranger o município de Poxoréo, por sua vez localizado na Microrregião Geográfica de Tesouro. Esta adequação foi necessária, pois constituem os municípios engendrados pela Associação “Dando as Mãos”, objeto de estudo desta pesquisa (Figura 01).

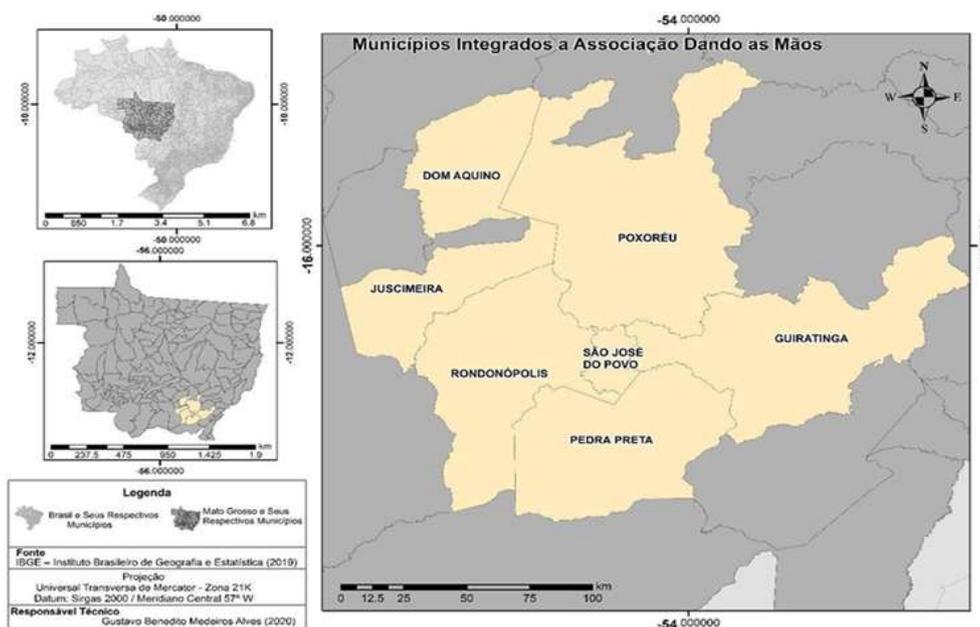
De maneira geral, a MRG de Rondonópolis-MT é marcada pelo predomínio da elevada concentração fundiária e da agricultura capitalista, com significativa produção de grãos, principalmente milho e soja, além de plantas agroindustriais que estão centralizadas no município de Rondonópolis.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a região em questão apresenta 45 Projetos de Assentamentos Rurais implantados pelo

órgão, sendo o mais antigo datando do ano de 1996 e, o mais recente, de 2007, somando assim mais de 2.750 famílias assentadas.

Tendo em vista os doze Projetos de Assentamentos Rurais que integram a Associação “Dando as Mãos”, para o levantamento dos dados de fonte primária, foram selecionados quatro, sendo eles: Assentamento Padre Jozimo Tavares (São José do Povo), Assentamento Primavera e Fazenda Esperança (Rondonópolis) e Assentamento Zumbi dos Palmares (Dom Aquino).

Figura 1: Municípios Integrados a Associação Dando as Mãos (2020)



Método de abordagem

A pesquisa empregou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, que oferecem diversas vantagens, incluindo uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenômeno estudado, uma coleta de dados mais ampla e precisa devido à variedade de observações, resultados mais confiáveis e um enriquecimento da amostra (Sampieri; Mendoza, 2018).

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e formulários junto aos assentados e associados, abordando vários aspectos, os quais foram organizados nos seguintes itens: Perfil socioeconômico; Perfil produtivo; Comercialização; Associados a Associação Dando as Mãos; não associados.

Considerando o número atual de associados, que é de 47 pessoas (número de associados em 2023), estipulamos uma amostragem estatística de 15% para a aplicação dos formulários. Ao todo foram aplicados 7 formulários distribuídos entre os quatro assentamentos. Quanto ao público global, entre associados e não associados a amostragem estabelecida foi de 10% da população total que, de acordo com os dados do INCRA são 326 pessoas distribuídas nos assentamentos. Ao todo foram aplicados 33 formulários.

Por se tratar de um público alvo composto por sujeitos assentados, o desenvolvimento da pesquisa exigiu a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) juntamente com os formulários e roteiros de entrevistas, para análise do setor. O Comitê de Ética foi favorável à aprovação do presente estudo com o número de parecer: 4.102.015. Esse procedimento foi fundamental para assegurar o respeito aos princípios éticos na condução da pesquisa, garantindo os direitos e a proteção dos participantes envolvidos.

Além do levantamento empírico realizado, o trabalho também se baseou na busca de dados de fonte secundária no site da Secretaria de Estado Agricultura Familiar – MT (SEAF-MT), no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o levantamento do número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado, número de cooperativas e associações presentes na MRG estudada. Além da base de dados do INCRA para realizar o levantamento dos Projetos de Assentamentos rurais presentes na MRG.

Revisão Bibliográfica

O histórico de ocupação das áreas rurais mato-grossenses sempre favoreceu a grande propriedade, tornando possível compreender as raízes da estrutura fundiária fortemente concentrada no estado. Contudo, neste cenário de concentração da propriedade da terra, observa-se a presença da agricultura familiar, sendo grande parte desta originária de Projetos de Assentamentos Rurais.

De acordo com Oliveira (2013), no desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo ocorre por vezes a territorialização do capital monopolista ou a monopolização do território pelo capital. Enquanto na primeira os trabalhadores são expulsos do campo para as cidades, tornando-se trabalhadores da indústria, do comércio ou assalariados, na segunda, o capital busca contraditoriamente, criar, recriar, relações de produção camponesa e familiar. Ainda conforme Oliveira (2013),

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não capitalistas (Oliveira, 1996, p. 11).

Neste processo contraditório no campo, encontram-se de um lado os agricultores familiares, grande parte destes oriundos de Projetos de Assentamentos Rurais, sobrevivendo de maneira incerta, com a produção de leite e a criação de aves, ou alguns poucos cultivos, em terras desgastadas e com pouco ou nenhum acesso à tecnologia, nem assistência técnica e desatendidos de políticas públicas e linhas de crédito do Estado. Isso em contraponto a uma agricultura capitalista fortemente tecnificada, detentora de grandes áreas agricultáveis, com a disposição de pacotes tecnológicos e linhas de crédito.

Segundo proposto por Ferreira e Silva (2009), contrariando a propriedade da terra concentrada, a formação dos Projetos de Assentamentos Rurais no estado de Mato Grosso só foi possível a partir das duras lutas sociais e mobilizações dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, sendo este o elemento central para o encaminhamento de ações governamentais para o estabelecimento de políticas fundiárias, a fim de atenuar problemas decorrentes da alta concentração fundiária do estado.

Este cenário de lutas e reivindicações por terra e pela permanência nela se tornou realidade no país, principalmente após o processo de redemocratização iniciado no final da década de 1980 no Brasil. A efervescência dos movimentos sociais pressionou de certa forma o Estado, que tentou atenuar essas manifestações e passou a propor a criação de Assentamentos Rurais.

Em Mato Grosso, no período compreendido entre 1979 e 2024, foram criados 556 Projetos de Assentamentos Rurais, beneficiando 107.682 famílias, em

6.031.622,5598 hectares, de acordo com os dados fornecidos pelo INCRA. Destes Projetos de Assentamentos, 73,0% foram criados pelo Governo Federal (INCRA), 24,0% pelo Governo Estadual (Intermat) e 3,0% foram iniciativas Municipais.

O analisar as ações orçamentárias executadas pelo Governo Federal em apoio à agricultura familiar no ano de 2020¹, é perceptível que ocorreu um desmonte, principalmente para alguns programas que apresentaram orçamentos zerados, como por exemplo, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, o Programa de Promoção e Fortalecimento da Comercialização e Acesso aos Mercados, o Programa de Promoção do Cooperativismo e Associativismo para o Desenvolvimento Agropecuário, dentre outros.

Esse cenário preocupante de restrição de verbas evidencia a negligência e a omissão das políticas públicas por parte do governo voltadas aos agricultores familiares. Esse retrocesso tem consequências significativas para os agricultores familiares, para a segurança alimentar, para o meio ambiente e para o equilíbrio social. A falta de apoio governamental agrava a desigualdade já existente, aumentando as disparidades econômicas e dificultando a inclusão social dessas comunidades.

É importante ressaltar a dificuldade de encontrar dados consistentes acerca dos Projetos de Assentamentos Rurais, principalmente no período pós golpe de 2016, revelando o descaso e sucateamento do órgão, que se intensificou durante o governo de Jair Bolsonaro. Com troca de governo em 2023 e ascensão do Presidente Luiz Inacio Lula da Silva, as dificuldades ainda são muitas, porém, é possível perceber uma notável mudança para melhor referente a consolidação do órgão, visto que muitas informações voltam a ser compartilhadas e os bancos de dados reabastecidos;

Pensando os Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso, fica evidente que os assentados vivenciam ainda grandes dilemas e a produção agrícola exerce papel central para o fortalecimento das relações territoriais. Ferreira. Et.al (2009) destacam que a produção agrícola praticada exerce dupla função, a de produzir, com o intuito de manter renda e autoconsumo das famílias

¹ Ver quadro em: <https://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Diagnostico-das-politicas-publicas-voltadas-para-a-agricultura-familiar-quilombola.pdf>.

e a de estratégia de resistência, sendo as relações produtivas forças para a territorialização da pequena agricultura.

Assim, torna-se essencial, ao formar um Projeto de Assentamento Rural, realizar planejamento e estudos da área para assegurar aos assentados as condições básicas para se fortalecerem enquanto cidadãos, produtores e construtores de suas formações territoriais, de forma que possam sobreviver e resistir na luta e na terra. Além dos problemas burocráticos, devem ser consideradas no planejamento das condições físicas e naturais da área.

O modelo agropecuário brasileiro foi pensado com o intuito de produzir para atender o mercado externo, deixando o mercado interno em segundo plano. O processo de tecnificação conduzido pela Revolução Verde não criou os meios para que a pequena propriedade se inserisse e se integrasse nesse novo padrão produtivo imposto pelo capital.

Um exemplo claro é quando se observa a tecnologia empregada em máquinas, implementos e insumos agrícolas, em sua maioria não compatíveis e não acessíveis economicamente aos pequenos agricultores, muito menos as linhas de crédito disponíveis possibilitam que o agricultor familiar alcance esse padrão.

Seguindo esta lógica, Moreno (2005) enfatiza que,

[...] é importante ressaltar que a agricultura familiar sofre com a falta ou insuficiência de incentivos financeiros, de assistência técnica e de uma política agrícola voltada à pequena produção, responsável pelo cultivo de culturas essenciais à mesa do brasileiro” (Moreno, 2005, p.156).

Mesmo enfrentando diversos problemas, Bergamasco et al. (1997) defendem que os Projetos de Assentamentos Rurais são ambientes estratégicos e se constituem em um novo modelo de integração da população rural. Novos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos, redefinindo as relações sociais em torno da posse da terra como ponto de partida para a redefinição de um conjunto de outras práticas sociais.

Os Projetos de Assentamentos Rurais compõem experiências inovadoras na gestão dos espaços, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re)criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados (Ferrante et al., 2005).

Mitidiero (2011), afirma que é inegável que a materialização dos assentamentos rurais em diferentes unidades da federação trouxe impactos territoriais de escala local e até regional.

[...] O assentamento emerge diante de um território antes caracterizado pelo latifúndio improdutivo, pela terra abandonada, inativa, inercial e vazia. O projeto de assentamento governamental, levado a cabo pela contestação pública gerada pelos sujeitos sociais organizados, traz novas características ao território. O lugar, a região e as redes de relações que surgem a partir do povoamento pelos assentados do antigo latifúndio improdutivo dinamizam partes/frações do território brasileiro (Mitidiero,2011, p.12).

Entre os impactos regionais resultantes da criação de Projetos de Assentamentos Rurais, destacam-se a ampliação e o abatimento dos preços dos produtos alimentares, especialmente em áreas onde predominam monoculturas extensivas voltadas para a agroindústria. Além disso, observa-se o fortalecimento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte e previdência, bem como o impulso das economias regionais. Isso ocorre tanto devido ao aumento na circulação de produtos agrícolas nos mercados quanto ao influxo de recursos proporcionado pelos programas de financiamento, além da diversificação da paisagem (Heredia et al., 2002).

Importante salientar que a constituição de um assentamento não representa a etapa final de um longo e tortuoso caminho que culmina com a conquista da terra. Ao contrário, segundo Leite et al. (2004, p.11), esse é [...] “um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente”.

Logo após conseguirem a concessão das terras, as famílias seguem para a área dos novos assentamentos. Mas ao findar o árduo processo de luta pela terra, iniciou-se outro, a luta na terra. No relato de uma assentada, é possível observar as dificuldades enfrentadas.

Mesmo conquistando questões básicas referentes a infraestrutura nos assentamentos, alguns problemas persistem, principalmente quanto à produção e comercialização.

[...] a gente não tem assistência técnica e não tem pra quem vender porque a legalização hoje está muito pesada pra produtos da agricultura familiar, depois

que essas grandes empresas entraram, como a Sadia aqui, aí tudo fica mais difícil. Quem está aqui hoje é porque ama muito isso e sabe o quanto foi difícil pra conseguir (Oliveira, 2016. p.35).

Assim, a realidade vivida em grande parte dos Projetos de Assentamentos Rurais no país ainda é precária e carece de diversos aspectos relacionados à infraestrutura, como acesso à água potável, saúde e educação; condições ruins das vias de acesso, que dificultam a locomoção e o escoamento da produção; falta de assistência técnica e extensão rural; e linhas de crédito para os agricultores assentados. Esses problemas acabam desestimulando os indivíduos a permanecer no local, levando a desistências e à venda de lotes, o que resulta no processo de reconcentração fundiária (Cleps, 2018).

Dentro dos múltiplos desdobramentos desse processo, o associativismo rural emerge como uma esperança para aqueles que já não conseguem se sustentar nos assentamentos. O associativismo possibilita um acesso mais ágil às políticas públicas governamentais destinadas aos agricultores familiares.

São exemplos dessas políticas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, facilita a comercialização de seus produtos e, conseqüentemente, promove a resiliência desses assentados. No entanto, dentro da realidade estudada, o associativismo rural apresenta alguns entraves que dificultam seu pleno funcionamento.

De acordo com Bittencourt (1998), em um estudo realizado pela FAO/INCRA sobre os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, constatou-se que a organização coletiva constitui importante fator para o desenvolvimento dos assentamentos.

O estudo afirma ainda que, a estruturação da produção de modo coletivo influenciou positivamente na produção agrícola dos assentamentos e, em alguns casos, foi decisiva para seu sucesso. A organização coletiva diminuiu os custos, gerou sistemas mais produtivos e ampliou alternativas econômicas dos assentamentos. Esse tipo de gerenciamento da produção também demonstrou ser possível diminuir as desigualdades socioeconômicas entre os assentados.

Foi observado que nos Projetos de Assentamentos do referido estudo que onde havia uma organização coletiva da produção, as diferenças internas entre os assentados eram praticamente inexistentes, especialmente em relação à maneira como produziam e obtinham renda. Isso evidencia que a coletividade desempenhou um papel fundamental na redução das desigualdades entre os assentados. Por outro lado, nos assentamentos em que não havia formas de organização da produção, as disparidades internas entre os assentados eram mais significativas (Bittencourt, 1998).

Assim o associativismo rural é concebido como uma possibilidade para os assentados, que se encaixam no modo de produção familiar, pois, quando estes se unem, passam a ter um maior poder de barganha. Este fato lhes propicia uma melhor estrutura como grupo de produtores que, ao comercializar em escala, tem melhor probabilidade e vantagens econômicas (Clemente, 2015).

De acordo com Singer (2001), o associativismo rural surge como:

[...] uma reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção e, mais recentemente, também por parte dos industriais que lhes vendem sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos mecânicos etc. Esmagados por oligopólios a jusante (oligopsônio) e a montante (oligopólios), a saída lógica foi organizar os pequenos agricultores em empresas solidárias que realizassem em nome deles as compras e as vendas, proporcionando-lhes com isso o que os economistas chamam de poder de mercado, ou seja, poder de barganha, além de ganhos de escala (Singer, 2001, p. 106).

Para Ricciardi e Lemos (2000), o associativismo não se limita a ser apenas uma alternativa de luta dos pequenos produtores, mas também um meio para garantir sua permanência na terra, elevar a renda e promover uma participação mais ativa como cidadãos.

Além disso, Santos et al. (2022), destacam que o associativismo desempenha um papel essencial no desenvolvimento rural, ao atuar na redução das desigualdades locais. Essa prática integra os agricultores familiares ao mercado, viabilizando o acesso a políticas públicas, insumos, maquinários a preços mais baixos e condições de pagamento facilitadas, promovendo, dessa forma, o fortalecimento de suas atividades econômicas e sociais.

Na atual conjuntura globalizada, marcada pela tecnologia e pela demanda por produtividade rápida em massa, tornou-se cada vez mais desafiador para os pequenos

produtores rurais manterem sua atividade e competirem eficazmente. Diante desse cenário, a formação de associações rurais emerge como uma estratégia essencial para melhorar o desempenho econômico e enfrentar a concorrência de mercado de forma mais eficaz (Ricciardi; Lemos, 2000).

Para Bergamasco (2018), o associativismo pode ser caracterizado como um instrumento que concretiza organizações coletivas por meio da solidariedade e cooperação, tais como associações, cooperativas e empreendimentos solidários, melhorando as condições de vida dos integrantes e estabelecendo um processo emancipatório.

Diante deste contexto, entendemos o associativismo rural como uma importante ferramenta para a manutenção, consolidação dos agricultores familiares nos Projetos de Assentamento Rurais, além de proporcionar sua (re)criação social e possibilitar a inserção desses sujeitos nas políticas públicas e nos mercados consumidores.

Resultados E Discussões

Ao analisar os dados referentes ao associativismo rural no estado de Mato Grosso, ficou evidente que esse se revela em grande parte na presença das agroindústrias rurais, que estão inseridas nos Projetos de Assentamentos Rurais e, tem importância na manutenção e na reprodução social dos assentados, gerando renda e possibilitando a permanência nos assentamentos, bem como auxiliando na dinamização da economia local.

Os dados do IBGE (2017) referentes à Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT, (tabela 01), evidenciam a presença de inúmeras agroindústrias rurais. É possível perceber também a diversidade de produtos, dentre os principais estão a produção de queijo e requeijão, farinha de mandioca e doces e geleias. Atividades típicas no universo da agricultura familiar brasileira.

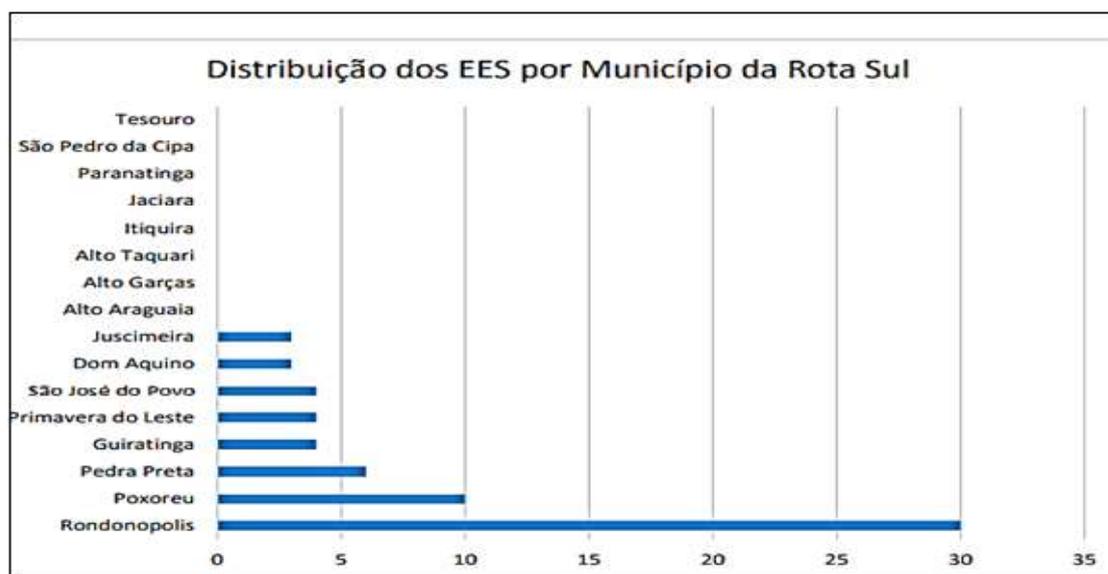
Tabela 1: Número de Estabelecimentos Agropecuários com Agroindústria Rural na MRG de Rondonópolis em 2017

Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (2017)	Unidades
Doces e geleias	46
Farinha de mandioca	117
Melado	3
Pães, bolos e biscoitos	9
Polpa de frutas	7
Queijo e requeijão	376
Rapadura	14
Goma ou tapioca	14
Total	586

Fonte: IBGE, 2017. Organização: Oliveira, 2021.

O relatório produzido pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – SEAF/MT (2018) expõe a relevância das organizações coletivas e da economia solidária na MRG de Rondonópolis, conforme se pode observar no Gráfico 01. Pode-se constatar o grande número de EES principalmente nos municípios de atuação da Associação “Dando as Mãos”.

Gráfico 1: Distribuição dos Empreendimentos de Economia Solidária por município



Fonte: SEAF (2018).

De acordo com o relatório do SEAF (2018), é visível a importância do entorno de Rondonópolis no processo da Economia Solidária em toda a Região Sul do estado, percebendo-se como esta conjuntura emana-se aos municípios ligados à ação da Organização dos Assentados e Empreendedores em Geral “Dando as Mãos”.

Desta forma, identificamos a significativa contribuição da Associação “Dando as Mãos” na promoção do associativismo rural e da economia solidária na MRG de Rondonópolis-MT.

De acordo com Eid.et. al. (2018):

A implantação de agroindústrias é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. oportuniza a inclusão social, a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente entre mulheres, os idosos e os jovens. No interior das cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária no campo, a agroindustrialização está colocada como uma etapa de amadurecimento das iniciativas econômicas que tiveram início com a conquista da terra, assentamento de famílias, produção inicial para subsistência, produção direcionada para formação de excedente para comercialização, chegando à etapa agroindustrial para maior agregação de valor à produção coletiva (Eid.et. al, 2018. p.3).

Mas vale ressaltar que apesar de contribuir para promover o potencial de desenvolvimento do associativismo rural na MRG de Rondonópolis, a Associação “Dando as Mãos” apresenta diversas questões que devem ser colocadas em pauta, como por exemplo, recuperar o nível de confiança dos associados que foi se perdendo ao longo das várias mudanças de gestão.

De acordo com De Marchi,et.al (2021), as associações comunitárias, ao intensificarem sua atuação e se aproximarem das dinâmicas locais, promovem a construção e o fortalecimento da confiança, além de aprimorar os mecanismos de cooperação e comunicação.

Quanto aos assentamentos estudados na pesquisa, no PA Paraíso (Zumbi dos Palmares) foi implantado uma agroindústria de beneficiamento de mandioca no ano 2013. De acordo com os associados que trabalharam na produção até o ano de 2019, por mês eram ensacados quase 4.000 kg de farinha. A maior parte era destinada às vendas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da região. O

restante é comercializado nos mercados locais e através de venda direta no estabelecimento.

De acordo com uma associada entrevistada, por semana são produzidos 12 fardos de 25 kg cada, perfazendo uma média de 1200 kg por mês. A produção não é mais destinada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas sim comercializada em mercados próximos e em venda direta no estabelecimento.

No Projeto de Assentamento Primavera foi instalada uma agroindústria de beneficiamento do leite em novembro de 2013. O prédio onde se encontra a agroindústria foi adaptado para receber os equipamentos. Antes sediava uma antiga escola da comunidade.

A produção contava com grande adesão dos assentados, cerca de 20 produtores trabalhavam no local. Com as dificuldades enfrentadas pela Associação para dar continuidade ao empreendimento solidário, como a venda completa da produção, questões sanitárias, a manutenção dos equipamentos e o repasse de verbas para os associados, muitos desistiram da produção e o prédio se encontra em estado de abandono, de acordo com representante da Associação.



Fonte: a autora, out.2022.

Já o Projeto de Assentamento Esperança recebeu um abatedouro de frango. A princípio de acordo com relatos dos assentados, muitos moradores passaram a investir

na criação de frango da modalidade semi caipira e de granja para ser beneficiado na agroindústria e comercializado nas feiras e através do PNAE.

A estrutura do prédio foi contruída e foram ofertados cursos e capacitações que envolviam todo o processo produtivo, desde a criação, quantidade de ração, adequação dos espaços, até o processo de abate. Porém, pouco após o início dos trabalhos, questões sanitárias impossibilitaram a continuação das atividades. O selo de inspeção municipal (SIM) não foi renovado, impedindo o funcionamento, deixando também toda a estrutura abandonada.

A sede da Associação “Dando as Mãos” está funcionando temporariamente em uma sala anexa à Secretaria Municipal de Agricultura Familiar de Rondonópolis. O prédio definitivo está localizado no Projeto de Assentamento Rural Esperança e está na fase de acabamento. De acordo com o diretor, por meio de editais públicos uma verba foi liberada para a finalização do projeto.

Figura 3: Sede da Associação Dando as Mãos no Assentamento Esperança



Fonte: a autora, out.2022.

Apesar das plantas agroindustriais implementadas em conjunto com a associação terem representado um grande avanço no associativismo para a Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT, durante vários anos, alguns com o passar do tempo não alcançaram o sucesso almejado, vindo a fechar as portas.

De acordo com o Entrevistado 1 (informação verbal), “infelizmente esse modelo de empreendimento não é acompanhado da burocracia das pequenas cidades. Então nós tivemos investimentos em cidades que precisavam do selo de inspeção municipal organizado e a cidade não conseguiu dar essa segurança jurídica. Boa parte do sucateamento dos empreendimentos se deu por conta disso”.

A nova perspectiva da Associação Dando as Mãos referente aos empreendimentos, de acordo com a nova gestão a estratégia mudou. Os projetos vão passar a operar em menor escala, focando nas principais cadeias produtivas locais.

A busca por capacitação, tanto dos associados quanto da nova gestão serão prioridade, junto a parcerias com prefeituras locais e Universidades, a fim de proporcionar a manutenção dos empreendimentos e facilitar a comercialização dos produtos nas feiras e mercados, bem como manter os contratos com PAA e PNAE.

Considerações Finais

É incontestável que os Projetos de Assentamentos Rurais pesquisados foram negligenciados em sua criação e marginalizados pelas políticas públicas de Estado após sua efetivação. Desta forma, esses projetos enfrentam sérias dificuldades para garantir a reprodução social das famílias assentadas, pois quando analisamos a garantia de direitos básicos e infraestrutura, tudo isso associado a um território dominado pela agricultura capitalista promovendo um jogo de forças desigual.

Os projetos de Assentamentos Rurais se mostram como um território de resistência no processo de luta pela/na terra. Os assentamentos estudados pela pesquisa evidenciam esse cenário, ao analisarmos o contexto que foram estabelecidos e os percalços que enfrentam desde sua criação.

Além disso, esses novos territórios que se constiuem os Projetos de Assentamentos Rurais são fundamentais na produção de alimentos, dinamização da economia local regional e na manutenção dos aspectos ambientais. Assim, defendemos que as políticas públicas de Estado, desde sua implantação, devem ser pensadas e efetivadas para que esses territórios possam ter seu pleno desenvolvimento.

Nesse contexto, os assentados se vêem submetidos a buscar alternativas de (r)existir em meio a pressão exercida, encontrando no associativismo rural e na economia solidária ferramentas fundamentais para o fortalecimento dessas comunidades, permitindo a execução de atividades produtivas, a busca pela melhoria das condições de vida e pela promoção da justiça social. Entendemos que a luta pela terra é o início de diversas outras, pois apenas conceder o pedaço de chão não dá a garantia de sobrevivência. Ao adentrarem nesse novo território inicia-se outro longo e difícil processo, o de luta na terra.

Levando em conta os objetivos propostos e a área de estudo, identificamos no desenrolar da pesquisa que, apesar de todos os entraves, o associativismo rural na perspectiva da economia solidária contribuiu para o desenvolvimento econômico e social de Projetos de Assentamentos Rurais, ao promover a cooperação entre os agricultores e a geração de renda. Facilitaram o acesso a recursos e mercado, reduzindo os custos de produção e aumentando a competitividade dos agricultores familiares.

Oportunizam também reduzir a marginalização social e a desigualdade de renda ao promover a inclusão dos agricultores no mercado e a distribuição mais justa dos benefícios da produção e, podem contribuir para a conservação ambiental, ao permitir a adoção de práticas sustentáveis de produção e o uso mais eficiente dos recursos naturais. Em suma, auxiliaram para a organização dessas comunidades, fortalecendo a agricultura familiar permitindo a permanência das famílias no campo.

As agroindústrias foram instaladas em 12 Projetos de Assentamentos rurais da MRG e proporcionou significativa mudança de caráter econômico produtivo e social para os assentados associados ao longo dos anos. No viés econômico, observou-se o aumento considerável da renda para os associados, pois a produção e a comercialização passaram a ter expressivo crescimento, permitindo melhoria na qualidade de vida e ampliando a segurança alimentar dos assentados.

Quanto aos aspectos sociais, foi possível identificar que as organizações coletivas promoveram o fortalecimento da comunidade, proporcionando um espaço para os agricultores familiares se reunirem, compartilharem experiências e se apoiarem mutuamente. Isso contribuiu para o desenvolvimento de laços sociais mais fortes.

Diante disso, o trabalho desenvolvido pela associação “Dando as Mãos” se apresentou como um suporte aos agricultores familiares dos Projetos de Assentamentos Rurais da região, possibilitando de certo modo a manutenção desses sujeitos no território. Contudo, o fechamento de alguns empreendimentos revela alguns entraves que dificultam a estruturação e manutenção dessas associações.

Identificamos que são muitas as dificuldades a serem superadas, nas mais diversas esferas. Tanto fatores internos, quanto externos. Os dados obtidos evidenciam que entre os fatores internos, podemos destacar a questão da organização e gestão dessas associações, a superação do pensamento individualizado e, principalmente a necessidade de se pensar o coletivo.

Portanto, mesmo cercada de instabilidades, é correto afirmar que a relação entre agricultura familiar, associativismo rural e economia solidária se torna significativa, uma vez que essa prática tem viabilizado positivas mudanças na vida do assentado associado e no território do assentamento em geral, mediante a importantes conquistas que geram relações de produção, cultura, comercialização e de ações políticas e sociais. Mesmo que muitas delas não sejam plenamente suficientes para resolver os problemas da agricultura familiar camponesa frente ao modo de produção capitalista.

Defendemos que é importante a construção de um modelo de associativismo rural e de economia solidária que seja pensado de forma basilar, de baixo para cima, pelos sujeitos sociais que vivenciam e experienciam essa realidade. Dessa maneira, esse novo modelo de associação pode fortalecer a autonomia local, estimulando a participação ativa e permitindo a construção de soluções adequadas às necessidades e realidades específicas de cada região.

Referências

BERGAMARCO, S.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

BERGAMASCO, S.; MACIEL, K.; BARBOSA, L. **Associativismo Rural: a experiência da associação extrativista de Pimenta Rosa no município de Piaçabuçu, Alagoas**. 2018. Disponível em:

https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/2A/11_Kleciane_Maciel.pdf. Acesso em: 25 de junho de 2024.

BEZERRA, L. M. C. **ASSOCIATIVISMO RURAL EM ORIZONA (GO): A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC**. (Dissertação de mestrado). Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 2003.

BITTENCOURT, G. A.; CASTILHO, D. S. B.; BIANCHINI, V.; SILVA, H. B. C.; GUANZIROLI, C.-FAO/INCRA–**Projeto De Cooperação Técnica – Principais Fatores Que Afetam O Desenvolvimento Dos Assentamentos De Reforma Agrária No Brasil** –1998. Brasília.

CLEMENTE, E. C. Desenvolvimento rural e organizações coletivas (associações e cooperativas rurais) da produção da Agricultura Familiar no Sudoeste de Goiás. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, 15, 2015, Cuba. Anais. Cuba: Havana, 2015. p.1-10.

CLEPS JÚNIOR, J. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, PB, v. 12, n. 2, p. 649-663, 2018. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41334>.

DE MARCHI, Julia; PINHEIRO, Daniel Moraes; PAGANI, Camila. O papel das associações comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 13, n. 3, p. 1-12, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/10764>. Acesso em 15 de novembro de 2024.

EID, F. et, al. Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 22, 2015.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.). **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA. 2005. p. 37-71.

FERREIRA, E. de C; FERNÁNDEZ, A. J. C; SILVA, E. P. da. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HEREIDA, B.; MEDEIROS, L. M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. P. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2002. p.73-112.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-201>>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria>>. Acesso em: 13 de outubro de 2024.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: EDUNESP, 2004.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. **Um futuro para o campo:** reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira e Lent., 2007. p. 176.

LEMOS, R. J.; RICCIARDI, L. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos.** São Paulo: LTr, 2000.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MITIDIERO JUNIOR., M. A. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4-2, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i14p4-22>.

MORENO, G. **A Colonização no século XX.** In: MORENO, G. e HIGA, T. C.S.(Org.), Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate da década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-172.

OLIVEIRA, I.L. **A luta “na” terra: a pluriatividade e multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aos assentados de Zumbi dos Palmares–MT.** Dissertação [mestrado em geografia]. Santa Maria. UFSM, 2016.

SAMPIERI, H. R; MENDOZA, P. C. **Metodología de la investigación:** las rutas cuantitativas, cualitativas y mixta. 1. ed. México, DC: McGraw-Hill, 2018.

SANTOS, V. S.; MARTINS, M. E.; CARDOSO, P. O. Associativismo e desenvolvimento no contexto rural: desafios e aproximações. **Cadernos Macambira**, v. 7, n. especial, p. 78-87,

2022. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/685>. Acesso em: 23 de outubro de. 2024.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. NUNES, Brasilmar Ferreira; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). **Sociedade e Estado**. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Volume XVI, número 1-2, janeiro-dezembro, 2001. p. 100-112. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>.

Financiamento: CAPES-bolsista de pós-doutorado Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

Aprovação no Conselho de Ética em Pesquisa: O Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (regional Jataí) foi favorável à aprovação do presente estudo com o número de parecer: 4.102.015.

Recebido: **23/10/2024** Aceito: **02/05/2025**